

# QUANDO O JORNALISMO ENCONTRA O FEMINISMO

WHEN JOURNALISM MEETS FEMINISM

CUANDO EL PERIODISMO SE ENCUENTRA CON EL FEMINISMO

## Letícia de Faria Ávila Santos

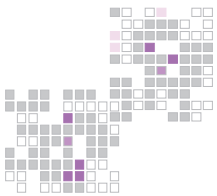
■ É doutoranda em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

■ E-mail: [le.lele.avilla@hotmail.com](mailto:le.lele.avilla@hotmail.com)

## Katarini Miguel

■ É docente nos cursos de graduação em Jornalismo e no mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo.

■ E-mail: [katarini.miguel@ufms.br](mailto:katarini.miguel@ufms.br)



## RESUMO

Nossa pesquisa debate o entendimento do jornalismo feminista, com a base teórica dos marcos feministas e seus reflexos nas práticas jornalísticas, culminando na proposta do midialivrisimo com perspectiva de gênero, a partir da Análise de Cobertura Jornalística das reportagens especiais da Revista AzMina no ano de 2018. Assim, investigamos as possibilidades expressivas do feminismo, potencializadas pelas características de difusão, coletividade e pluralidade das tecnologias da comunicação. Sobretudo, identificamos na AzMina a tentativa de um jornalismo com perspectiva de gênero que prioriza narrativas complexas e temáticas de mulheres de diferentes localidades sociais, como mães, mulheres negras, trans, lésbicas e periféricas.

**PALAVRAS-CHAVE:** AZMINA; INTERSECCIONALIDADE; COBERTURA JORNALÍSTICA; FEMINISMO.

## ABSTRACT

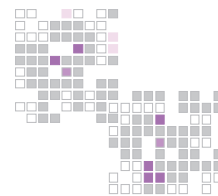
Our research debates the understanding of feminist journalism, based on the feminist theories and the reflexes in journalistic practices, culminating in the proposal of media activism with a gender perspective, based on the Analysis of Journalistic Coverage of the special reports of AzMina Magazine, in 2018. Thus, we investigate how the publication addresses gender and intersectionality as the pillars of a fourth wave feminist movement, which we seek to understand in the expressive possibilities of feminism, enhanced by the characteristics of diffusion, collectivity and plurality of communication technologies. Above all, we identified how AzMina attempt of feminism guidelines, prioritizing complex and thematic narratives of women from different social locations, such as mothers, black, trans, lesbian and marginalized women.

**KEY WORDS:** AZMINA, INTERSECTIONALITY, JOURNALISTIC COVERAGE; FEMINISM.

## RESUMEN

Nuestra investigación debate la comprensión del periodismo feminista, a partir de la base teórica de las teorías feministas y sus reflejos en las prácticas periodísticas, culminando en la propuesta del media activismo con perspectiva de género, a partir del Análisis de Cobertura Periodística de los reportajes especiales de Revista AzMina en 2018. Así, investigamos cómo la publicación aborda el género y la interseccionalidad como piedra angular de un supuesto movimiento feminista de cuarta ola, que buscamos entender en las posibilidades expresivas del feminismo, impulsadas por las características de difusión, colectividad y pluralidad de las tecnologías de la comunicación. Sobre todo, identificamos en AzMina el intento de periodismo con perspectiva de género al priorizar narrativas complejas y temáticas de mujeres de diferentes localizaciones sociales, como madres, negras, trans, lesbianas y mujeres periféricas.

**PALABRAS CLAVE:** AZMINA; INTERSECCIONALIDAD; COBERTURA PERIODÍSTICA; FEMINISMO.



## 1. Para situar o debate:

*Vinte e quatro séculos se passaram, mas a presença de um útero ou a desobediência a padrões sociais impostos às mulheres ainda justificam estigmas ligados à loucura e histeria – e muitas mulheres ainda precisam ouvir de seus psiquiatras que “endoideceram” por não terem marido. Mais: especialistas entrevistadas pela Revista AzMina alegam que a medicina está longe de reconhecer que uma das principais causas dos transtornos mentais femininos é, sim senhora, o machismo (Guimarães, 2018).*

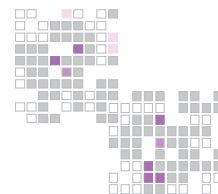
O excerto acima faz parte de uma reportagem publicada pela revista AzMina, que se manifesta como jornalismo feminista e aqui, como pesquisadoras com bases epistêmicas que transitam entre os estudos do jornalismo e as teorias feministas, classificamos como jornalismo com perspectiva de gênero. Nossa pesquisa está justamente centrada nas possibilidades de prática jornalística que atendam preceitos feministas e interseccionais, no contexto de um pretenso movimento feminista de quarta onda, que buscamos situar enquanto realidade latino-americana. Antes disso, porém, convém posicionar que a reportagem em questão, “Quando a loucura é filha do machismo”, faz parte do nosso corpus e traz duas pistas centrais deste tipo de jornalismo: 1) Pauta fora da ordem vigente - ou não comumente tratada por veículos de comunicação tradicional -, que complexificam temáticas e tensionam a objetividade jornalística. Para além do tema da loucura e doenças psicossomáticas, levantamos abordagens sobre saúde sexual da mulher lésbica, casamento em comunidades ciganas e papel da religião na violência doméstica. 2) Pluralização de fontes predominantemente femininas e de diferentes localidades sociais. Temos no mesmo drama versões de especialistas, a ansiedade de jovens mulheres, o sofrimento das mulheres periféricas

e a reflexão sobre os corpos negros. Só nesta reportagem 13 mulheres foram ouvidas.

Entendemos jornalismo com perspectiva de gênero como aquele que pauta desigualdades de poder vinculadas aos papéis de gênero, permeado na transversalidade e com uma própria ótica de cobertura jornalística. Omar Rincón (2009, p.7, tradução nossa) descreve-o como uma filosofia, mas também “uma opção política para revelar a posição de desigualdade e subordinação das mulheres em relação aos homens”. Produções com perspectiva de gênero se difundem mais amplamente na internet porque encontram espaço para trocar informações como também construir debates sobre desigualdades de gênero e pautas sobre corpo, saúde, moradia, sexualidade e direitos humanos, explicam as pesquisadoras Heloisa Buarque de Hollanda e Cristiane Costa (2018). Não negligenciamos aqui as limitações das redes de computadores e os problemas advindos da constante vigilância, diluição de privacidades e polarizações de tantas ordens, contudo, nossa atenção está nas brechas dessa rede tomada por corporações mercadológicas. Nesse sentido, nos interessam os espaços midialivristas - entre os tantos termos que figuram neste contexto<sup>1</sup> e são aventados com propriedade por Antonio Braighi, e Marco Túlio Câmara (2018) -, de produções jornalísticas fundadas na democratização da informação, com modelo de negócios participativo e colaborativo. A proposta midialivrista revigora não só a construção das notícias, que adquirem um caráter mais engajado, ativista, envolvendo-se diretamente em debates e mobilizações, como o próprio processo de consumo de informações.

---

<sup>1</sup> As denominações possíveis são muitas e aplicadas em cada contexto: mídia alternativa, mídia radical, ativismo de mídia e mídiativismo. Inclusive, por falta de tradução exata no *abstract* e *resumen* optamos pelo último termo, sem comprometer o entendimento da pesquisa. Nos apropriamos aqui da concepção midialivrista porque carrega a preocupação com a democratização da informação e acreditamos que está mais próxima dos ideais jornalísticos.



A sujeita que nos guia nestes entendimentos é uma revista nativa digital, situada no portal web<sup>2</sup> e também nas plataformas Youtube, Facebook, Twitter e Instagram, desde 2015, que se caracteriza como “jornalismo e educação pela equidade; informação e educação feminista e independente<sup>3</sup> (AzMina)”. Parte um modelo de negócios baseado em campanhas de financiamento e parcerias com outras instituições, formalizado enquanto instituição sem fins lucrativos centralizada na produção de conteúdos jornalísticos que problematizamos com a categoria analítica de gênero. A equipe é dividida em nove profissionais regulares - diretoras, redatoras e repórteres - seis colunistas e voluntárias de diferentes áreas como jornalistas, publicitárias e advogadas.

Para entender então como edificam o jornalismo com perspectiva de gênero, partimos de premissas teóricas em diálogo com empíricas. Primeiramente, intentamos uma discussão a partir de uma cronologia histórica sobre o movimento feminista para analisarmos, sobretudo, como influenciou no jornalismo escrito por mulheres e para mulheres. Só assim, podemos propor o debate sobre um jornalismo feminista desde sua gênese até suas apropriações; então, nossos olhares se voltam para os exemplos trazidos pela AzMina e para o tipo de cobertura jornalística ali realizada. Aqui se encontra o objetivo da nossa pesquisa, refletido nas considerações deste artigo: identificar as características de uma produção jornalista com perspectiva de gênero, a partir das reportagens especiais publicadas pela revista especializada, em diálogo com a proposta midiavivista.

Nesta esteira, tomamos conhecimento de outras pesquisas que nos antecederam

e trouxeram achados importantes como as investigações sobre um pretense (ciber) feminismo enquanto movimento responsável pela proliferação discursiva das diferentes manifestações feministas, inclusive para além das linhas tecnológicas (LEMOS, 2009; SOUZA, 2015). Em especial, no escopo jornalístico, nos aproximamos de Costa (2018) que, nos processos produtivos no Portal Catarinas, identificou a perspectiva de gênero tensionando os preceitos jornalísticos da objetividade e veracidade, por exemplo. Assim, ela propõe pensar a partir dos saberes corporificados da Donna Haraway para atingir uma objetividade feminista necessária para uma construção (in)formativa com equidade de gênero.

Para nossa análise, usamos do método de Análise de Cobertura Jornalística, desenvolvido por Gislene Silva e Flávia Maia (2011), com a proposta de entender os processos noticiosos por meio do que é manifestado no próprio produto. Optamos por dois marcadores analíticos principais que atendiam nossos objetivos de pesquisa e constavam no protocolo das autoras: 1) **Marcas de apuração e composição do produto** - para levantarmos as sujeitas do processo da construção noticiosa por elementos como assinatura ou identificação da autoria do texto, entendendo as participações e colaborações. Dentro deste marcador está também a identificação do local de apuração e da origem da informação, se obtida diretamente pelas autoras do texto no local do acontecimento, por exemplo, ou por meio de fontes secundárias, sem qualquer deslocamento para cobertura dos acontecimentos. Também caracterizamos os recursos multimidiáticos, como vídeos, imagens, hiperlinks e infográficos no sentido de construir universos informativos complementares. 2) **Aspectos de caracterização contextual interno/externo** - para examinarmos as distinções visuais, temáticas e organizacionais da reportagem

2 Disponível em <http://azmina.com.br>. Acesso em 12/12/2021.

3 Disponível em <http://azmina.com.br/quem-somos>. Acesso em 12/12/2021.

e perspectivas do acontecimento em sua conjuntura sócio-histórica-cultural, em diálogo com as discussões teóricas sobre a construção social de gênero e os estudos feministas, em uma aposta crítica.

Apresentamos no espaço deste artigo uma síntese das análises, feita em sete reportagens da seção “Especiais” da revista AzMina durante o ano de 2018. Com isso, adiantamos que conseguimos elementos suficientes para dar continuidade ao debate sobre o jornalismo com perspectiva de gênero possível.

## 2. Ondas e contra ondas dos feminismos relatados

Pesquisamos o feminismo à luz de reflexões teóricas que ajudam a compreender o universo das práticas feministas atuais, perpassadas pelas redes; difusas, coletivas e pluralizadas, tendo como recorte e objeto de pesquisa o jornalismo com perspectiva de gênero da revista AzMina. A tentativa de cronologia histórica nos leva à configuração das ondas feministas, que emprestamos enquanto metáforas de movimentos que se organizam e desorganizam, alicerçados em necessidades sociais ao longo dos tempos, mas não como fins demarcatórios. Compreendemos que a expressão “ondas” está relacionada à invisibilidade identitária de várias mulheres neste processo histórico, em especial pobres e negras, principalmente destacado no eurocentrismo da primeira e segunda onda feministas, avisa Carla Akotirene (2018).

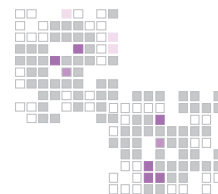
A dita primeira onda feminista reuniu suas efervescências em busca de direitos políticos no final do século XIX, como a conquista ao voto e à participação na política. Propunha pautas generalizadas que não situavam a complexidade das opressões femininas e da relação de subalternidade da mulher em relação ao homem, lembra Naiara Bittencourt (2015). No Brasil, Céli Regina Pinto remonta três diferentes vertentes

da iminência feminista: institucionalizada, anárquica e difusa. Esta terceira vertente foi formada por mulheres atuando, ainda que minimamente, como jornalistas, professoras e escritoras, que vislumbravam nas manifestações textuais dos folhetins e jornais, possibilidade de diálogo e provocação de temas como divórcio e sexualidade. Estas atuações literárias e ou jornalísticas foram o primórdio da imprensa alternativa feminista; pequenos jornais, muitas vezes artesanais, que desenvolviam diversos produtos, sejam jornais opinativos e políticos ou revistas femininas.

Já nas décadas de 1960, as eclosões culturais globais que tiveram impactos nas manifestações, atuações, pautas e reivindicações dos movimentos sociais, sinalizam uma segunda onda. De um lado, o *boom* das lutas pluralizadas internacionais (destaque para a obra *O Segundo Sexo*, de Simone Beauvoir, sendo arduamente discutida após dez anos de sua publicação) e de outro, políticas repressoras. O movimento feminista ganhou destaque com as organizações de mulheres exiladas, que tentavam contemplar as lutas de classes e feministas.

Durante os anos de 1980, se ensaia uma série de reflexões, críticas e mudanças de posicionamentos pelos grupos de estudo sobre gênero e feminismo. Pensando nas diferenças identitárias, feministas negras dos Estados Unidos e de países subalternizados, como os latino-americanos, questionavam a falta de representatividade desse sistema ao desconsiderar questões sociais como classe, raça e nacionalidade. Essa nova perspectiva focava no sistema de situações particulares de dominação, no qual “o poder opera através de estruturas de dominação múltiplas e fluidas, que se intersectam, posicionando as mulheres em diferentes lugares e em momentos históricos particulares”, explica Adriana Piscitelli (2009, p. 141).

O conceito de patriarcado foi estendido no



discurso político e colocado em xeque pelas teorias sociais por tornar-se resposta vaga das subordinações dos papéis sociais, ao dimensionar as relações de poder desconsiderando as alterações em diferentes períodos históricos e lugares. Por conseguinte, era necessário compreender a condição de mulher relacionada a uma série de intercruzamentos de raça, gênero, sexualidade e nacionalidade e não em uma universalidade. Tal contexto é objeto de pesquisa e reflexão da antropóloga estadunidense Judith Butler, que nesta terceira onda, trouxe importantes contribuições acerca das teorias de estudo de gênero e *queer*. Esta última confronta os estudos sociais de gênero da época e volta os parâmetros conceituais contra a legislação não-voluntária da identidade, na busca de “desvelar mecanismos sociais que criam imposições acerca da identidade do indivíduo”, colocam Richard Miskolci e Larissa Pelúcio (2007, p. 258). Como as autoras destacam e o jornalismo mais tardiamente se apropria, principalmente na prática midiavivista, trata-se de entender “a sexualidade como um dispositivo histórico do poder”, para além das identidades sociais e seus intercruzamentos.

As próprias teorias feministas apresentaram tensões e divergências por trazerem a perspectiva eurocentrada e muitas vezes negativa de mulheres de países subalternizados, como os latino-americanos, “uma perspectiva vitimizadora, essencializadora e até mesmo salvacionista na maneira como o feminismo produzido nos países tidos como centrais pensavam essas alteridades”, avalia Larissa Pelúcio (2012, p. 407). A teoria interseccional articula a “diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos” (Piscitelli, 2008, p. 265).

Piscitelli (2008), sob a ótica teórica da precursora Kimberle Crenshaw, afirma que entender a interseccionalidade por esses

cruzamentos é necessário para compreender as várias formas de opressão que não se categorizam como maiores ou menores umas às outras, e não se somam enquanto subordinações, mas relacionam-se enquanto localidades sociais. A pesquisadora Djamila Ribeiro aponta que os movimentos de mulheres negras – que só tiveram um alcance maior nos anos 1980 e na terceira onda do feminismo – existiam e ressoavam desde o começo, porém sem visibilidade. Ribeiro utiliza o conceito do Outro, em referência a Beauvoir, para reafirmar “O Outro do Outro”, no qual a mulher negra encontra-se em uma posição ainda mais invisível e de difícil possibilidades. Neste sentido, mulheres brancas são brancas, homens negros são homens e as mulheres negras, portanto, localizam-se identitariamente, “em uma carência dupla, na antítese de branquitude e masculinidade” (Ribeiro, 2017, p.39). O alicerce interseccional leva o feminismo, ou feminismos, a uma abordagem, ao menos no plano discursivo, mais plural, que abraça grupos excluídos dentro dos princípios dos direitos humanos, o que é intensificado na emergente quarta onda.

A partir dos anos 2000, grupos e movimentos de base ou com aspirações feministas, emergem em contextos de conflitos e de diferentes interesses identitários, manifestando posições políticas nos espaços comunicacionais da internet. A consolidação das redes, as transformações digitais e midiáticas indicam, se não um marco histórico, ao menos uma popularização das pautas feministas que permitem elaborar uma fase distinta de lutas e reflexões, interpretamos com apoio de Heloisa Buarque de Hollanda. A internet apresenta-se como uma possibilidade alternativa de diálogo aos movimentos feministas, ampliando as lutas contra opressões conservadoras, que inibem às causas e opõem-se aos direitos já conquistados (Hollanda; Costa, 2018). É nesta esteira de pluralização de vozes que há disputa narrativa de diferentes ordens,

inclusive em estrutura jornalística, para entender as possibilidades de performar e ser mulher.

### 3. Nos caminhos do jornalismo feminista

As ondas feministas, vistas aqui como marcos imprecisos para reconfigurações sociais, refletiram na prática jornalística mais diretamente a partir do século XIX. A educação formal foi um direito feminino conquistado e representou um avanço na difusão das pautas da igualdade no Brasil, como lembra Constância Duarte (2017).

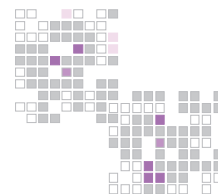
O primeiro periódico feminino foi o carioca “O Espelho Diamantino”, de 1827, que se intitulava-se “periódico de política, literatura, belas-artes, teatro e modas, dedicados às senhoras brasileiras” (Buitoni, 2009, p. 32). Entre os outros exemplos de periódicos brasileiros desta época estão “Correio das Modas”, “Jornal de Variedades”, “Relator de Novelas”, “Espelho das Bellas” e “O Bello Sexo”, e pequenos jornais e publicações que vão demarcando um período de existência das mulheres jornalistas/escritoras. Mulheres que ainda que estivessem condicionadas às clausuras do trabalho privado, os privilégios de classe e cor permitiam que permeassem um movimento de construção dos espaços públicos na sociedade brasileira (Pinto, 2003). Sobre as características, de maneira geral, dos jornais e revistas femininas brasileiras até a segunda metade do século XX, Buitoni (2009, p.85) afirma que:

*O jornalismo feminino ainda não encontrara formas mais “jornalísticas” de tratar a realidade (ou seja, maneiras de investigação que se não são exclusivas, pelo menos ajudam a caracterizar melhor o fenômeno como reportagem e entrevista). A imprensa feminina se limitara aos assuntos tradicionais: moda, beleza, crianças etc. No mais, os textos eram literários ou pseudoliterários, beletristas (contos, crônicas, poesias, provérbios, frases sobre amor, pensamentos), ou no máximo*

*“artigos”, isto é, editoriais a respeito de algum problema atual ou não. Mesmo tais artigos eram escritos numa linguagem formal, pretensamente literária. Reportagens e entrevistas quase não apareciam.*

Nos primeiros anos da ditadura, as ideias feministas eram restritas e as produções realizadas, majoritariamente, por mulheres exiladas nos Estados Unidos e Europa. Os pioneiros foram o “Brasil Mulher” e “Nós Mulheres”, que priorizavam pautas relacionadas à democratização e aos direitos das mulheres, colocam Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite (2013). Grande parte destes jornais contava com as colaborações das próprias leitoras e assinantes para cobrir despesas de impressão e demais gastos. Os anúncios eram um chamamento para o próprio periódico e incentivava-se o que hoje colocamos como financiamento coletivo: notas eram publicadas para que as leitoras pudessem contribuir financeiramente mês a mês, tornando-se, com isso, sócias das produções (Teles; Leite, 2013). Interessante aqui destacar um “modelo de negócio” que se repete no contexto historicamente distinto da contemporaneidade, mas que ainda busca independência e apoio, sobretudo financeiro, para manutenção do trabalho jornalístico de caráter feminista. A revista AzMina, opera com contribuições mensais como assinaturas, *crowdfunding*, doações e outras formas de financiamento coletivo, mas agora nas redes sociotécnicas.

Estes jornais de resistência na ditadura tiveram importante papel na formação de conteúdos feministas, produzidos por mulheres, jornalistas e feministas, que ousavam democratizar assuntos relacionados aos direitos das mulheres, como sexo, aborto, maternidade. Partindo deste período, Figaro (2018, p. 577) afirma que “mulheres, jornalistas ou não, fundaram e produziram publicações periódicas que



colaboraram para difundir o ideário feminista”. As produções são de certa forma estabilizadas e os anos de 1990 entregam uma aparente mansidão do jornalismo feito para as mulheres com a consolidação de revistas femininas que pautam interesses diversos, ainda que focados em um ideal universal de mulher, com aparente liberdade que prioriza o corpo, a produtividade, com a retórica recorrente da autoajuda. A imprensa feminina se firma, sobretudo, como uma narrativa de ideias em detrimentos dos fatos e eventos, bem ressalta Buitoni (2009).

A pretensa quarta onda, que enxergamos aqui como a pulsão feminista proporcionada pelas redes de computadores, intensifica a produção de conteúdo, e especificamente, de jornalismo com perspectiva de gênero; populariza e diversifica as pautas da igualdade e se coloca como um espelho côncavo para movimentos de interseccionalidade, empatia e sororidade. As mulheres – negras, indígenas, cis, lésbicas e de tantas localidades sociais - articulam na rede um espaço de pertencimento e visibilidade. “A omissão das pautas abordadas na imprensa feminista pela mídia tradicional demarca a importância da existência destas publicações”, ressalta Jéssica Costa (2018, p. 94).

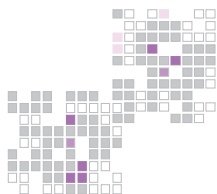
Novos arranjos de trabalho jornalísticos, a partir de nichos específicos, se apropriam das redes sociotécnicas para reconfigurar as práticas e desenvolver a “inserção dos temas feminismo e gênero, novas linguagens e um relacionamento próximo a seus públicos, numa colaboração estreitada pela empatia e as possibilidades de interlocução mais participativa” (Figaro, 2018, P.585). A presença de mulheres tem se revelado majoritária nestas ambiências digitais que propõem diferentes modelos de negócios para o trabalho jornalístico. A autora constata que, além das iniciativas jornalísticas digitais terem uma participação maior da força de trabalho feminina, também investem na temática de

gênero criando veículos de comunicação com abordagem feminista, despontada pela própria afinidade e afetação.

É notável, e falamos de um lugar que conhecemos, a presença dos coletivos e redes de grupos jornalísticos feministas que surgiram na internet, articulando as produções noticiosas com a categoria analítica de gênero. É neste cenário que o jornalismo com perspectiva de gênero, suplanta a denominação “jornalismo feminista” e entrega possibilidades por buscar soluções e transformações que objetivam a igualdade de gênero no cotidiano, enfatizando e reivindicando outros pontos de vista e identidades, deslocando perspectivas hegemônicas para outras maneiras de entender e explicar localidades sociais. E como se delineia a cobertura jornalística com perspectiva de gênero é o que buscamos entender, no próximo tópico, a partir da revista AzMina.

### **Quando o jornalismo encontra o feminismo: midialivrismo com perspectiva de gênero.**

Observamos sistematicamente a produção da AzMina durante o ano de 2018, mais especificamente a seção “Especiais”, com as lentes do protocolo de Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), por entendermos enquanto espaço de textos mais complexos, até mesmo com características da reportagem multimídia, que Raquel Longhi (2015) descreve como um jornalismo imersivo e multimidiático. Ou seja, textos, sons e imagens trabalhados, a partir de técnicas de apuração e pesquisa, em um espaço e tempo maior do que se convencionava na prática factual. Ao menos é o que se ditam os ritos canônicos do jornalismo. Retomamos nesta síntese das análises as marcas de apuração e composição do produto e os aspectos de caracterização contextual das sete reportagens do nosso *corpus* de pesquisa, introduzindo pelos títulos e subtítulos que já trazem fortes





indicativos da abordagem:

1) “Maternidade Lésbica. Os métodos, as escolhas, os custos e a burocracia. Os caminhos para ser mãe sendo uma mulher lésbica”. 2) “Eu moro na luta. Quem são as mulheres que lutam por moradia no Brasil”. 3) “Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores. Legislação que tipificou a alienação parental usa teoria controversa como base e pode deixar ainda mais vulneráveis vítimas de abuso sexual”. 4) “Racismo na passarela: como o preconceito se expressa na moda? Mulheres negras já estampam capas de revista e passarelas bombadas, mas nossa série de minidocumentários mostra que isso ainda está longe de resolver o problema”. 5) “Quando a loucura é filha do machismo. Da histeria na antiguidade, passando pelas bruxas e as vítimas de eletrochoque, e chegando às esposas indesejadas internadas por maridos nos dias de hoje. Será que o corpo feminino é mesmo propenso às doenças mentais?” 6) “Estado e religião: uma relação tão antiga quanto promíscua. No papel, o Brasil pode até ser um Estado laico, mas, na prática, as coisas são bem diferentes. Dos palanques eleitorais às contas públicas, a presença de certas fés nas decisões políticas do país é grande e vem de longa data”. 7) “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018. Fomos atrás das 37 suspeitas de entrar nas eleições só pra cumprir a lei. Uma delas nem sabia que era candidata”.

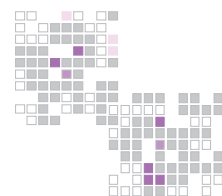
Na composição do produto, as reportagens se configuraram como tal na extensão, com a média de 21 mil caracteres, além disso, em apenas três não é possível identificar o deslocamento da jornalista para a cobertura, o que indica um trabalho *in loco* intensivo que deixa marcas de apuração. Além disso, no quesito assinatura, todas as reportagens são elaboradas por mais de uma jornalista e colaboradoras (ilustradoras, fotógrafas, responsáveis pela montagem), sempre mulheres. Os textos são divididos em capítulos,

inseridos em uma aba superior e ligados pelo título, assim a leitora tem a possibilidade de customizar a leitura, o que permite maior proximidade e autonomia da usuária, com larga utilização de hiperlinks tanto para a leitura não linear, como para informações adicionais que trazem mais contextualização aos temas.

A quantidade de fontes de cada reportagem é expressiva: uma média de 21 fontes, entre especialistas, representantes institucionais, vítimas, personagens e testemunhas, além de documentais como leis, artigos e pesquisas (inclusive próprias). Como exemplo, identificamos levantamentos de dados do Tribunal Superior Eleitoral sobre candidaturas de mulheres, pesquisas sobre projetos de lei que envolviam religião, levantamentos sobre os gastos públicos, e o extenso resgate histórico sobre a origem dos tratamentos psiquiátricos na reportagem “Quando a Loucura é filha do machismo” (Guimarães, 2018).

Também a partir da análise de composição do produto, foi possível observar que foram consultadas predominantemente fontes mulheres, que são minoria numérica na mídia hegemônica, conforme aponta o último relatório consolidado do Global Media Monitoring Project (2015)<sup>4</sup>. Já adentrando caracterização contextual, as reportagens buscaram personagens que falassem sobre temáticas relacionadas com suas próprias identidades, por exemplo, enquanto mães, mulheres em situação de rua, ativistas, lésbicas, mulheres negras etc, para além de fontes experts e comentaristas. Na reportagem “Maternidade Lésbica”, redigida por Tamy Rodrigues (2018), estão no primeiro plano os relatos de mães

4 A publicação de 2015 do GMMP indica que mulheres e homens têm destaque diferentes nas publicações midiáticas. Em 2015, as mulheres figuraram em 24% dos conteúdos noticiosos monitorados pelo referido projeto em 114 países, predominantemente como testemunhas. As fontes oficiais e especialistas foram majoritariamente masculinas.



lésbicas e os obstáculos do maternar por conta da reivindicada sexualidade, afora especialistas, como uma advogada, uma psicóloga e a presidente da Comissão de Diversidade Sexual e Homofobia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Avançando nos exemplos, retomamos a reportagem “Eu moro na luta”, que destaca história de mulheres a frente de movimentos sociais por moradia. Foram identificadas 25 fontes, 18 personagens - mulheres de variadas idades e que performam diferentes sexualidades -, em três capitais do país São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Apesar de contextualizarem as vulnerabilidades para as mulheres da rua, o texto não as estigmatiza e enfatiza que a rua também é percebida como local de mudança, um ambiente hostil, mas resignificado e “transformado em espaço de luta pelos direitos humanos e por melhores condições de trabalho” (Moreira; Monteiro, 2018).

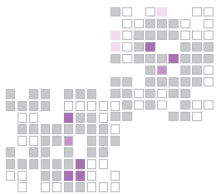
Ademais, é interessante destacar que as jornalistas se colocam na história, não têm receio de evidenciar subjetividades, fazendo uso do pronome em primeira pessoa. Na série de minidocumentários sobre racismo na passarela, por exemplo, em um dos episódios, os papéis se invertem e a repórter passa a oferecer esclarecimentos a um estilista branco (originalmente o entrevistado) sobre apropriação cultural na moda. Esse aparente deslocamento é transformado em conteúdo. Como uma das abordagens da conversa, a jornalista Juliana Luna (2018) explica à Alexandre Herchcovitch como as origens do colonialismo eurocêntrico inferiorizou as qualidades identitárias de grupos não hegemônicos, como povos negros.

A Revista reivindica a perspectiva de gênero interseccional também nas rotinas produtivas, opção que ressoa na própria equipe profissional, composta exclusivamente por mulheres, com tentativas de abranger jornalistas com diferentes vivências e fora do eixo paulista, por exemplo,

onde está a sede da AzMina. A diretora de Redação Helena Bertho afirma a preocupação de “trazer outros olhares do Brasil”, denotando consciência sobre as diferentes localidades sociais. As sete reportagens especiais desta pesquisa são parte de um investimento da Revista chamado Bolsas de Reportagem; que fornece um valor em dinheiro (5 a 6 mil reais) para repórteres mulheres desenvolverem pautas sobre jornalismo investigativo com perspectiva de gênero em diferentes lugares do país.

A publicação demarca sim sua posição jornalística, mas aliada às motivações feministas e interseccionais, que a diferem da mídia tradicional e sinalizam para as possibilidades do midialivrisimo com perspectiva de gênero. Este engajamento explícito permeia as pautas e tensiona os preceitos de objetividade jornalística. As reportagens estão vinculadas às campanhas de mobilização em rede, que mesclam jornalismo, diálogo, visibilidade e mobilização em tempos virtuais, para questionar os espaços públicos e as opressões sofridas pelas mulheres em sociedade; além de utilizar a hashtag como potencial de organização e distribuição de conteúdo (Hollanda; Costa, 2018). A exemplo, as campanhas #CarnavalSemAssedio e #MamiloLivre, promovidas pela AzMina em 2018.

Outro indicativo midialivrista é o próprio trabalho colaborativo, como característica de participação das redes e de reconfiguração jornalística. A intenção de inserir leitoras ultrapassa a mera contribuição com sugestão de pauta enviada por uma rede social, e é materializada pelo Conselho Editorial de Leitoras da Revista, que permite sugerir temáticas e opinar no trabalho desenvolvido. Ainda que as colaborações aconteçam por diferentes vias, para enxergarem o jornalismo que produzem e para quem produzem. Como exemplifica a então diretora de redação Helena Bertho, em entrevista



pessoal, sobre a publicação do texto “Passo a passo de como guardar dinheiro para a aposentadoria: reforma da previdência vai reduzir o valor da aposentadoria do INSS, então é preciso começar se planejar o quanto antes” (Fôlego, 2019).

*A gente publicou uma matéria que era sobre poupar dinheiro pra Previdência, já que a Reforma ia ser aprovada. E a gente fez toda focada em investimentos, como guardar... Uma arte falando: ‘mesmo que seja pouco, guarde, todo mundo consegue guardar’. (Fomos) destruídas nas redes sociais. ‘Como, até parece que vocês não sabem que tem gente passando fome. Daí a gente: ‘verdade, vamos fazer um mea culpa, de sugestão de como abordar dinheiro dessa perspectiva e tal’. Nossas leitoras acabam sendo muito mais Conselho do que o Conselho Editorial dos colaboradores. A gente tem uma rede muito ativa de pessoas que estão fiscalizando nosso trabalho, criticando e sugerindo, o que pra gente é um ponto muito importante para não ficar centrado no que a gente está fazendo, só.* (BERTHO, 2019).

Por fim, dentro da aposta midialivrista, e do ideal de democratização da informação, vale ressaltar que AzMina permite que todo o conteúdo jornalístico seja republicado e que outros veículos de comunicação, blogs e pessoas físicas, possam reproduzir as reportagens desenvolvidas, desde que atribuídos os créditos da publicação. Tanto que as reportagens já foram reproduzidas em veículos tradicionais como Folha de S.Paulo e portal UOL.

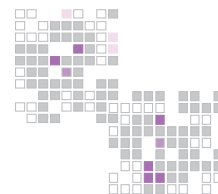
Iniciativas de jornalismo com perspectiva de gênero como a revista AzMina podem ser pontos de partida para discursos mais inclusivos e que promovam a multiplicidade de vozes nas redes e em outros espaços sociais, pois “uma visão crítica da comunicação - e jornalismo é uma prática

comunicativa - que leve em consideração o seu caráter emancipador, pode ser um dos elementos para a superação das assimetrias de gênero” (Costa, 2018, p. 101).

### **Dos principais achados**

Ao analisarmos as práticas jornalísticas com perspectiva de gênero e como elas vêm se construindo, notamos que jornalismo deve encontrar o feminismo e ir além. Identificamos a revista AzMina enquanto jornalismo com perspectiva de gênero ao produzir conteúdos híbridos de jornalismo e feminismo e posicionar-se explicitamente sobre as temáticas, como violência contra a mulher, autonomia sexual e reprodutiva, racismo, LGBTfobia, machismo e empoderamento feminino, sem, no entanto, macular as técnicas jornalísticas imprescindíveis para o entendimento dos fenômenos. AzMina insere-se como jornalismo com perspectiva de gênero ao deslocar perspectivas hegemônicas para construir outras formas de entender e explicar temáticas sociais, mirando os holofotes para as possibilidades. Diferem-se do jornalismo tradicional ao atuarem enquanto midialivristas, demarcando posicionamentos e produzindo conteúdos declaradamente parciais. A análise das sete reportagens ainda evidenciou a proposta de consolidar um ideal interseccional, que se faz presente ao visibilizar a pluralidade de movimentos e de reivindicações, em um momento em que cada vez mais, as lutas são pautadas em suas singularidades. O que não significa que estão confortáveis; é um terreno de experimentação, debates voláteis, agenciamentos, entendimento de performances, inclusive do próprio jornalismo.

O jornalismo midialivrista reconfigura-se nas possibilidades das mídias digitais e novos modelos de negócios, buscando caminhos para a produção de um jornalismo mais independente. Com maior participação de mulheres nos novos

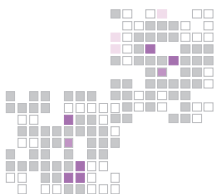


arranjos de trabalho no jornalismo, iniciativas jornalísticas estão incluindo a temática de gênero em suas produções. Em uma aposta mais transversal, produzem jornalismo com perspectiva de gênero em diferentes editorias, como política, esportes, cultura e religião. Fazem uso de diferentes linguagens como imagens, memes, vídeos, postagens, *hashtags*

e *tweets*, se fundem como ativistas, e mantêm um relacionamento mais próximo do público buscando oportunamente os diálogos. É então que acreditamos que o jornalismo encontra o feminismo e pode se moldar com outras peças, sempre em vigilância e construção, as do midialivrismo com perspectiva de gênero.

## Referências

- AZMINA. *Quem Somos*. Disponível em <https://azmina.com.br/sobre/apoie>. Acesso em 26/12/2021.
- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BERTHO, Helena. Entrevista pessoal concedida a \_\_\_\_\_. Campo Grande, 24 de outubro de 2019.
- BITTENCOURT, Naiara Andreoli. “Movimentos Feministas”. *Revista InSURgência* - IPDMS Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais, Brasília v. 1, n. 1, p. 198-210, jan./jun. 2015.
- BRAIGHI, Antonio; CÂMARA, Marco Túlio. “O que é Mídiaativismo? Uma proposta conceitual”. In BRAIGHI, Antonio; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio. (Orgs.), *Interfaces do Mídiaativismo: do conceito à prática* Belo Horizonte: CEFET, MG, 2019. p.25-42.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009.
- COSTA, Jessica Gustafson. *Jornalismo feminista: Estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo*. 2018. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUARTE, Constância Lima. *Imprensa Feminina e feminista no Brasil – Século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional. In: *Brazilian Journalism Research*, ago, v. 14, p. 570-591, 2018a.
- FOLEGO, Thais. “Passo a passo de como guardar dinheiro para a aposentadoria: Reforma da previdência vai reduzir o valor da aposentadoria do INSS, então é preciso começar se planejar o quanto antes”. *Revista AzMina*, São Paulo, 22 de outubro de 2019. Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/passo-a-passo-de-como-guardar-dinheiro-para-a-aposentadoria>. Acesso em: 26/12/2021.
- GLOBAL MEDIA MONITORING PROJECT. *Who makes the News?* Toronto e Londres: World Association for Christian Communication, 2015. Disponível em: <https://whomakesthenews.org/gmmp-2015-reports/>. Acesso em 12/02/2021.
- GOHN, Maria da Glória. “Movimentos sociais na contemporaneidade”. *Revista Brasileira de Educação*. v. 16, n. 47, p. 333-362, maio-ago. 2011.
- GUIMARÃES, Fabiane. “Quando a loucura é filha do machismo”. *Revista AzMina*. São Paulo, 21 de agosto de 2018. Disponível em <https://azmina.com.br/especiais/quando-a-loucura-e-filha-do-machismo>. Acesso em 10/01/2022.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de, BOGADO, Maria. “Rua”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.p.23-42.
- LEMOS, Marina Gazire. *Ciberfeminismo: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas*. 2009. Mestrado – (Programa de Pós-Graduação em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo, SP, Brasil.
- LUNA, Juliana. “Racismo na passarela: como o preconceito se expressa na moda”. *Revista AzMina*. São Paulo, 16 de julho de 2018. Disponível em <https://azmina.com.br/especiais/racismo-na-passeira-como-o-preconceito-se-expressa-na-moda>. Acesso em 10/01/2022.
- MISKOLCI, Richard; PELUCIO, Larissa. “Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis”. *Revista Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 259-269, ago/dez. 2007.
- MOREIRA, Mariana; MONTEIRO, Izadora. “Eu moro na luta”



- Revista AzMina*. São Paulo, 26 de maio de 2018. Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/eu-moro-na-luta/>. Acesso em 12/01/2022.
- PELUCIO, Larissa. “Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer”. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 2, n. 2, p.395-418, jul/dez.2012.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PISCITELLI, Adriana. “Gênero: a história de um conceito”. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de Almeida; SZWAKO, José Eduardo (orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009, p.118-148.
- PISCITELLI, Adriana. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes Brasileiras”. *Sociedade e cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul/dez. 2008.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RÍNCON, Omar. “La narrativa en perspectiva de género”. In: SANTORO, Sonia (Org.). *Sin nosotras, se les acaba la fiesta: América Latina en perspectiva de género*. Bogotá: Centro de Competencia em Comunicacion para América Latina, 2009. p.5-10.
- RODRIGUES, Tamy. “Maternidade Lésbica”. *Revista AzMina*. São Paulo, 13 de maio de 2018. Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/maternidade-lesbica/>. Acesso em 21/02/2021.
- SOUZA, Vanessa Cristine Zaccharias de. *Chega de Fiu-fiu: o papel do ciberfeminismo na construção do feminismo na era da web 2.0*. Monografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2015.
- SILVA, Gislene, MAIA, Flavia Dourado. “Análise de Cobertura Jornalística: um protocolo Metodológico”. *Rumores*, São Paulo, v. 5, n.10, p. 18-36, jul-dez. 2011.
- TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013. (Coleção Entregêneros).

